




TEMPO HISTÓRICO, PRESENTISMO E ESCOLA: DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE

Felipe Silva Vedovoto ¹

Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues Correio ²

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre o tempo histórico como construção cultural a ser apreendido em sua própria historicidade. Como conceito, o tempo histórico também deve ser analisado como parte do cotidiano em sala de aula e seu ensino muitas vezes representa um desafio aos docentes. Frente aos usos da História feitos pela sociedade contemporânea de forma dissociada, em alguns momentos, das perspectivas adotadas pela pesquisa historiográfica, passado, presente e futuro se mesclam tendendo-se à valorização do presente em detrimento aos demais. A escola, inserida nesse contexto social, vê-se em meio a experiências diversas trazidas por seus alunos que as adquirem em suas relações individuais e coletivas e através dos meios de comunicação. Nesse viés, apresentam-se desafios à docência quanto à formação global dos alunos e a construção de novas práticas sociais que respondam às demandas identitárias e também aos caminhos que os documentos curriculares passaram a balizar nas últimas décadas.

Palavras-chave: Conceitos Históricos. Prática Docente. Ensino de História.

HISTORICAL TIME, PRESENTISM AND SCHOOL: CHALLENGES OF HISTORY TEACHING NOWADAYS

ABSTRACT: This paper presents a reflection on historical time as a cultural construction to be understood in its own historicity. As a concept, the historical time should also be analyzed as part of everyday life in the classroom and its teaching often presents a challenge to teachers. Faced with the uses of history made by

¹ Mestre em Ensino de História pela Universidade Estadual em Mato Grosso do Sul (UEMS). Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Contato: fe_vedovoto@hotmail.com

² Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do curso de graduação em História. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Contato: marizak@uems.br





contemporary society in a dissociated way, at some periods, the perspectives adopted by historiographical research, past, present and future are merged themselves, tending to value the present over the others. The school, inserted in this social context, finds itself in the middle of diverse experiences brought by its students acquired in their individual and collective relationships and through the media. Challenges are presented to the teachers regarding the global formation of the students and the construction of new social practices that respond to the identity demands and also to paths which the curricular documents began to mark in the last decades.

Keywords: Historical Concepts; Teachers Practice; History Teaching.

1. Introdução

A discussão proposta neste trabalho surgiu durante a disciplina de Teorias da História, ministrada no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS – Unidade Universitária de Amambai). Neste texto, buscamos refletir sobre as formas com que conceitos históricos como tempo histórico e presentismo também encontram espaço no ambiente escolar e a ele se relacionam, lançando luzes sobre problemáticas cotidianas que envolvem a educação - de forma geral - e o ensino de História - em particular.

Normalmente, encontramos na historiografia reflexões concernentes aos conceitos como tempo, tempo histórico e História, pois a relação entre estas noções é explícita e possibilita a compreensão dos processos históricos. Essa questão conceitual também deve ser considerada ao pensarmos o Ensino de História enquanto área de estudo/pesquisa, em especial no Ensino Superior, mas não somente. Pois, sendo a escola um dos principais locais de trabalho dos graduados em História, nela também se (re)produzem análises e aplicações desses conceitos. O diálogo deles com a docência pode ser validado a partir do momento em que estão inseridos em processos seletivos que buscam avaliar a capacidade dos docentes em fazer a articulação entre os conceitos históricos e sua prática pedagógica, entre um saber acadêmico e o saber escolar.

Ao compreendermos os professores como profissionais que devem ensinar conceitos e conteúdos históricos a partir do diálogo com as experiências adquiridas no cotidiano e as orientações curriculares, percebemos que esses conceitos passam a fazer parte



do repertório docente e também dos alunos, ganhando expressividade com o uso de linguagem específica da experiência temporal (KOSELLECK, 2006, p. 17). Alguns elementos dão indícios de como discussões teóricas e vivência em sala de aula na Educação Básica aproximam-se e estabelecem entre si uma “via de mão dupla” de análises.

2. O Tempo como categoria da História

No ano de 2016, o processo seletivo para ingresso no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória)³ trouxe em sua primeira questão objetiva⁴ a reflexão acerca do tempo, numa perspectiva de história compensatória, em que apresentava algumas frases de figuras políticas que afirmavam, em linhas gerais, que a história julgaria seus atos.

A partir dessa premissa é possível refletir que se a opinião pública atribui à História o poder de julgamento no futuro, esse poder também pode ser exercido no presente, sendo o presente o futuro de um evento passado. Em uma perspectiva cronológica, passado e futuro ligam-se em uma linha - ora reta, ora sinuosa -, destacando o valor dado à categoria “tempo” no imaginário coletivo, que por muitas vezes é evocada para julgar, localizar e exercer sua força sobre diversos momentos, indivíduos, etc.

O termo “tempo” é abrangente e pode ser apreendido de diversas formas: Em Matemática, como os minutos que a personagem de um problema demora para percorrer um caminho; Em Geografia, o período de rotação ou translação da Terra; Em Língua Portuguesa, o tempo de pausa na leitura ao se deparar com uma vírgula ou de um ponto. Todas essas apreensões partem de um pressuposto comum, mas ganham particularidade à medida que são aplicadas a uma área específica.

³ Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), oferecido em rede nacional, é um programa de pós-graduação stricto sensu reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC). Liderado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ele tem como objetivo proporcionar formação continuada aos docentes de História da Educação Básica, com o objetivo de dar qualificação certificada para o exercício da profissão, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino. Para saber mais sobre o ProfHistória Cf. <<https://profhistoria.ufrj.br/>>. Acesso em 03/09/2019.

⁴ As provas e as referidas questões estão disponíveis em: <https://www.vestibular.uerj.br/?page_id=7763> Acesso em: 03 set. 2019.





Reflexões sobre a categoria “tempo” numa perspectiva histórica também possuem particularidades - criando-se o conceito “tempo histórico” - e continuaram a aparecer em outras provas do Exame Nacional de Acesso do ProfHistória, citado anteriormente. Na prova realizada em 2018, uma das questões (Figura 1), levou os candidatos a analisarem o uso das datas no ensino de História, atribuindo a ela a função de simbolizar a complexidade social. Já em 2019, a abordagem destacou a aplicação da concepção de tempo no calendário, diferenciando-o daquele apresentado nos relógios.

Figura 1: Questão extraída da prova do Exame Nacional de Acesso - ProfHistória 2018.

Questão 10

Datas. Mas o que são datas? Datas são pontas de *icebergs*. O navegador que singra a imensidão do mar bendiz a presença dessas pontas emersas, sólidos geométricos, cubos e cilindros de gelo visíveis a olho nu e a grandes distâncias. Sem essas balizas naturais que cintilam até sob a luz noturna das estrelas, como evitar que a nau se espedace de encontro às massas submersas que não se veem? Mas de onde vêm a força e a resistência dessas combinações de algarismos? Vêm daquelas massas ocultas de que as datas são índices.

Adaptado de BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

De acordo com o ponto de vista apresentado no texto, uma das funções das datas no ensino de história é:

- (A) quantificar a duração do passado
- (B) simbolizar a complexidade social
- (C) uniformizar a compreensão da sociedade
- (D) estabelecer a causalidade dos fenômenos

Fonte: https://www.vestibular.uerj.br/?page_id=7763

Abordagens como essas, presentes em provas realizadas por professores de História, corroboram para a afirmação de que a escola não está alheia aos conceitos históricos, inclusive a própria disciplina de História e os pesquisadores de seu ensino vêm ressaltando sua relação direta com a formação humana global na qual o tempo, por exemplo, passa a ser visto como intrínseco às práticas sociais individuais e coletivas.

Para compreender como o tempo histórico é visto em um contexto escolar é importante traçar alguns apontamentos começando pela visão que se perpetuou durante um longo período, a de *História Magistra Vitae* que, considerada um *topos*, foi analisada nos estudos de Reinhart Koselleck (2006). Por décadas, a História foi vista como experiência de cunho pedagógico, o que permitiu a



construção e duração do *topos* aliado ao processo lento de mudança pelo qual a sociedade passava durante os primeiros séculos.

Desde Cícero, quando a História ganha estatuto de exemplo, estabelecendo uma espécie de fórmula que pode ser aplicada a casos no futuro, passando pela Era Cristã onde as histórias litúrgica e pagã se digladiaram por espaço, a História continuou a guiar com seus exemplos a vida social. Tanto para Koselleck, quanto para Antoine Prost (2008), o evento que marca uma mudança no imaginário quanto a *História Magistra* é a Revolução Francesa, na esteira do Renascimento e das concepções iluministas - e por que não, antropocêntricas.

Utilizando-se do debate sobre o tempo, principalmente no campo alemão, Koselleck parece buscar em sua proposta um afastamento da perspectiva contínua da História sendo ela o motivo que leva os indivíduos do presente a utilizarem-na como um exemplo. De fato, ao pensarmos a ideia de continuidade, devemos nos afastar daquela proposta por uma "*História Magistra Vitae*", abandonando a concepção de que os acontecimentos no passado podem se apresentar novamente e da mesma forma no presente; a ideia de que as mesmas ferramentas do passado servirão para uma análise no presente; e a percepção de que processo histórico é contínuo e sucessivo, ou seja, que um evento com causas e consequências leva a outro sem rupturas ou fragmentações.

Por outro lado, deve-se levar em consideração que a História, enquanto fenômenos de curta e longa duração, pode ser periodizada. Quanto a isso, em Prost (2008) percebe-se que o tempo histórico é fluido, mas passível de contagem através dos dias, meses, etc. Essa divisão temporal serve para localizar o acontecimento no tempo, como um ponto de partida, e por meio da cronologia atinge-se uma abstração a fim de compreender o evento em sua perspectiva diacrônica e de longa-duração.

Na compreensão de Jacques Le Goff (2015, p. 12) o recorte do tempo em períodos foi "necessário à história, quer seja ela considerada no sentido geral de estudo da evolução das sociedades ou no de tipo particular do saber e de ensino, ou ainda no sentido de simples desenrolar do tempo".

Assim, se retomarmos à questão apresentada na Figura 1, veremos que na opinião de Alfredo Bosi, as datas configuram-se como índices de uma complexidade social e que servem para balizar os rumos da análise histórica. No campo do ensino, o professor deverá compreender a importância das datas e do tempo histórico, não sob um viés positivista ou descontextualizado, mas





considerando-os como os pontos cardeais de um mapa social a ser explorado.

Para Koselleck, o tempo é discutido em uma perspectiva historiográfica mediante uma história dos conceitos, como a mudança de significado que acompanha a substituição do termo *Historie* pelo *Geschichte*. Sob a intelectualidade, o conceito é revisto ao longo do tempo, mas uma das conclusões que o autor aponta é que “cada exemplo do passado, ainda que seja ensinado, chega sempre muito tarde” (KOSELLECK, 2006, p. 60). Essa postura pode trazer consigo a não valorização da experiência, embora ela tenha importância para a História. Gadamer (2006) afirma que:

[...] toda experiência é confronto, já que ela opõe o novo ao antigo, e, em princípio, nunca se sabe se o novo prevalecerá, quer dizer, tronar-se-á verdadeiramente uma experiência, ou se o antigo, costumeiro e previsível reconquistará finalmente a sua consistência. (GADAMER, 2006, p. 14).

Embora a experiência não instrua a História se colocando enquanto exemplos, ela pode ser utilizada para se analisar, construir e interpretar o presente⁵, orientando as ações dos homens em seu tempo. No imaginário coletivo, como assinalado no começo deste texto, o passado exerce sua influência sobre o presente e pode, inclusive, reverberar no futuro.

Aproximando-se de um debate articulado com o movimento e apropriação do tempo pela sociedade, Prost (2008) aponta uma trajetória onde é perceptível o tempo histórico enquanto espaço de construção que auxiliou na resolução de momentos sociais e culturais. Vê-se, portanto, a possibilidade de se estabelecer uma relação entre passado, presente e futuro diferente da postura assinalada por Koselleck (2006), que ressalta a destruição do espaço tradicional da experiência, embora entenda que o tempo histórico se constitui com a combinação entre os espaços das experiências e horizonte de expectativas de uma sociedade humana (KOSELLECK, 2006, p.14-15).

Talvez seja possível refletirmos sobre a apreensão de dois tempos históricos: o ocorrido - que se relaciona com a sociedade - e

⁵ A experiência também exerce papel importante na pesquisa histórica como podemos ver em RÜSEN, Jörn. Metodologia - As regras da pesquisa histórica. In: RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado - Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2007. p. 101-167.





o analisado - oriundo da pesquisa e reflexão historiográfica - que se completam e se distanciam em vários pontos e chegam de diversas formas aos sujeitos do presente. O ofício do historiador e a pesquisa decorrente de seu trabalho, com rigor metodológico e ferramentas de análise específicas da área, contribuem para a compreensão dos acontecimentos sociais sejam eles os processos de curta ou longa duração. Entretanto, o modelo de História que permeia o imaginário coletivo muitas vezes não reflete os estudos acadêmicos⁶. Essa versão ligeiramente distante da produção historiográfica acaba difundindo-se entre a sociedade, tornando-se uma história passível de ser moldada de acordo com os interesses daqueles que a evoca.

A linha entre a ideia de continuidade - como fatos encadeados e que se sucedem sempre rumo a algo melhor⁷ - e a perspectiva da longa-duração é tênue. A situação destacada no começo do texto a respeito dos “julgamentos da História” mostra que os sujeitos se utilizam da “continuidade” da História para justificar suas ações no presente. Entretanto, um processo de longa duração reverbera a partir do seu local de acontecimento em direção ao tempo futuro e não implica, necessariamente, na existência de um cenário similar para que seus efeitos sejam percebidos, ou seja, não requer um encadeamento, pois as rupturas também são levadas em consideração na análise histórica.

Como forma de elucidação, podemos perceber esses “usos” da História com maior destaque na cena política brasileira que, desde meados de 2015, passa por momentos de instabilidade que repercutiram em outras áreas, como a econômica. No ano de 2016, iniciou-se uma movimentação pelo *impeachment* da então presidente da república. Paralelamente, alguns setores nomearam as movimentações jurídicas e políticas de golpe, retomando acontecimentos passados que consideravam similares. O processo chegou a seu fim com a deposição da presidente. A forma, desenvolvimento e conclusão do processo não são objetos desta discussão, mas podemos refletir sobre o uso que os apoiadores e

⁶ Elementos dessa relação surgem nas respostas dadas no ambiente escolar, por exemplo, quando os alunos são questionados sobre qual o significado da História. Muitas vezes ela aparece como o estudo do passado para compreender o presente visando o futuro, enquanto dentre os estudos históricos o processo apresenta-se de forma complexa considerando permanências e rupturas.

⁷ Antoine Prost (2008) utiliza-se de Nicole Saudon-Lautier para refletir que o tempo que move a sociedade moderna e que muitas vezes é apresentado aos alunos é um tempo ascendente como uma flecha que sobe, vinculando ainda um caráter de progresso uma vez que não há espaço para a um traçado horizontal ou decrescente. Cf. PROST, Antoine. Os tempos da história. In: _____. **Doze lições sobre história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, pp. 102-103.





opositores ao governo fizeram da História e do conceito de golpe para justificar suas opiniões.

Aqueles que compunham a base governamental evocavam a História a fim de mostrar que o processo de *impeachment* tinha características parecidas a outros momentos da política brasileira e que agora atuavam da mesma forma, embora os personagens estivessem em outra roupagem e cenário. A oposição utilizava-se do mesmo argumento para afirmar que diferentemente de outros momentos, o processo de *impeachment* tramitava de acordo com os preceitos legais dispostos na Constituição Federal.

Não cabe versar sobre a legitimidade do processo, mas podemos perceber uma tentativa de modelagem da História passada como uma fórmula que pode ser atribuída ao presente para corroborar com a argumentação de ambos os lados, seja em rupturas ou permanências. Por outro lado, percebemos um evento de longa duração que, nas entrelinhas, evidencia uma tradição de disputas políticas e articulações entre diversos setores e que a sombra do período autoritário, como a Ditadura Militar no Brasil - e possivelmente outros movimentos na América Latina e no mundo - ainda paira sobre os ares do século XXI.

Esse campo em disputa continua até os dias atuais e por diversas vezes e maneiras a História surge como justificativa para as tomadas de decisões no intuito de acusar, isentar, justificar, etc. Assim, podemos dizer que é no substrato das experiências do passado que os homens procuram legitimar suas argumentações no presente e dar um sentido coerente às suas ações tendo em vista o horizonte de expectativas.

Ensinar História a partir da articulação entre experiência e expectativa pode contribuir para despertar o interesse do aluno em compreender os problemas e questões que envolvem o seu cotidiano escolar e social, relacionando-os com o contexto local, regional e/ou global.

3. O presentismo e os desafios do ensino de História na atualidade

Se a ideia de continuidade encerrava em si passado e futuro, Hartog (2013) aponta o presente como campo no qual o passado é evocado e pode exercer influência. No entanto, no momento em que o mundo contemporâneo é comandado por um tempo de mercado, o imediatismo é privilegiado e uma atitude presentista começa a





ganhar força em detrimento de outras categorias. O passado passa a servir ao presente e o futuro começa a ser temido.

Frente ao presentismo, Hartog propõe o regime de historicidade como forma de articular passado, presente e futuro ou compor um misto entre as três categorias. Ao analisar por esse espectro, o tempo deixa de estar fechado em períodos para se tornar fluido. O futuro também é considerado na reflexão de Prost (2008), que o coloca como possibilidade de prognóstico, desde que pautado em análises rigorosas do passado em sua diacronia.

A característica conciliadora de Hartog propõe ainda um equilíbrio através de uma ponte entre as particularidades da História (considerando as Ilhas da História de Sahlins) e a dimensão passado-futuro (experiência e expectativa em Koselleck), contemplando um diálogo entre Antropologia e História.

A crítica ao capitalismo, consumo e mercado feita por Hartog também aparece, já no contexto do ambiente escolar e currículo de História, em Bittencourt (2012), e vai além. Para a autora, o capitalismo implica em mudanças no estudo da História:

Trata-se de gerações que vivem o **presenteísmo** de forma intensa, sem perceber liames com o passado e que possuem vagas perspectivas em relação ao futuro pelas necessidades impostas pela sociedade de consumo que transforma tudo, incluindo o saber escolar, em mercadoria. A História oferecida para as novas gerações é a do espetáculo, dos filmes, propagandas, novelas, desfiles carnavalescos... (BITTENCOURT, 2012, p. 14 - grifo da autora).

Percebe-se que um presente imediatista, pautado pelo mercado, está inserido também na escola modificando sua dinâmica e também o ensino de História, dificultando o trabalho do professor. A ele se aliam também as demandas sociais e identitárias do século XXI como apontam Pereira, Meinerz e Pacievitch (2015). Para os autores, frente à situação atual, há uma busca obsessiva pelo passado e um pavor pelo esquecimento balizando uma procura por referenciais para a construção da identidade e História.

Muito embora o passado pareça estar esclarecido na historiografia, pode-se perceber que ele exerce, na prática, influências no presente e se apresenta e é evocado de diversas formas na sociedade. "Os dilemas entre preservação e esquecimento se explicariam por modificações na forma como a sociedade ocidental





tem pensado e atribuído sentido à passagem do tempo” (PEREIRA, MEINERZ E PACIEVITCH, 2015, p. 42), repercutindo em como os indivíduos acessam a história e a configuram. Entretanto, na escola essa situação torna cada vez mais difícil para os estudantes interpretarem o passado de forma crítica, o que mostra a necessidade de se falar sobre o tempo histórico e suas implicações, bem como os próprios referenciais de passado.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, logo em sua apresentação ao professor, colocam-se com o objetivo de auxiliar o docente na “execução de seu trabalho, compartilhando seu esforço diário de fazer com que as crianças dominem os conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel em nossa sociedade” (BRASIL, 1997, p. 8). Entretanto, após mais de duas décadas de sua publicação, o desafio da formação global que permita ao aluno a compreensão de si e do espaço em que vive continua a ser enfrentado diariamente pelos docentes.

Ensinar conceitos como o de tempo histórico, tem sido cada vez mais difícil, principalmente pela perspectiva presentista vivenciada nos últimos anos que traz implicações ao trabalho docente nas salas de aula e tem sido estimulada pelas novas tecnologias de informação. Ainda é perceptível o estigma de uma História vinculada às datas, decorada, uma história factual e linear, torna-se, portanto, necessário fazer com que os alunos compreendam a dimensão de que a História são as ações dos homens no tempo, são acontecimentos que se desenvolvem em momentos e datas no passado, mas que não se limitam à periodização. Soma-se a isso os recorrentes usos da História divulgados cotidianamente pelos meios de comunicação.

Uma História desvinculada da sociedade não possui mais espaço no ensino dos conceitos e conteúdos no espaço escolar. Por outro lado, uma História fluida pode dificultar o balizamento dos acontecimentos e sua reflexão no presente. Em um processo dinâmico, a “ciência de referência” e sua transposição para o currículo construído no cotidiano escolar evidencia particularidades que fazem com que os saberes se ressignifiquem a medida que captam novos elementos advindos das experiências e dos saberes mobilizados com o tempo.

Ensinar a partir do não-lugar do caos é possível, conforme abordado por Pereira, Meinerz e Pacievitch (2015) como alternativa de trabalho, aliando o conteúdo acadêmico com aquilo que vem



externamente à sala de aula⁸. Entretanto, criar um ponto de referência a partir da periodização é uma atitude interessante que pode primeiramente situar os alunos entre o passado, presente e futuro para a partir daí desenvolver as complexidades do tempo fluido. De acordo com Prost (2008, p. 107):

[...] a importância essencial da periodização deve-se ao fato de que ela aborda, na própria cronologia, o problema central da temporalidade moderna. Desde que o tempo é portador de novidades e surpresas, a questão consiste em articular o variável com o que subsiste. O problema continuidade e/ou ruptura é tão debatido simplesmente por ser consubstancial à nossa concepção do tempo; a periodização permite pensar, a um só tempo, a continuidade e a ruptura.

Analisar continuidade e ruptura a partir do uso crítico das datas e do conceito histórico contribuir para a função do ensino de História que “deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade dos acontecimentos” (BITTENCOURT, 2012, p. 20). Isso implica em compreender o que é estar no presente e como ele se relaciona com o que passou e com o que virá.

Refletindo sobre uma nova educação possível, Edgar Morin (2003, p. 99) ressalta que:

[...] caminhamos construindo uma itinerância que se desenvolve entre a errância e o resultado, muitas vezes incerto e inesperado, de nossas estratégias. A incerteza nos acompanha e a esperança nos impulsiona. Estamos perdidos, e nessa condição do humano não se trata de buscar a salvação, mas de procurar o desenvolvimento da humanização.

O autor aponta, ainda, a necessidade da emergência de uma sociedade-mundo que rompa com antigos paradigmas e caminhe para a transformação social a partir de alguns eixos estratégicos-diretores que possam contribuir para a organização da informação e a dispersão dos conhecimentos, fortalecendo assim “as atitudes e as

⁸ Essa perspectiva também foi abordada brevemente por Circe Bittencourt (2012).



aptidões dos homens para a sobrevivência da espécie humana” (MORIN, 2003, p. 100).

Se levarmos em consideração os estudos de Prost (2008), Hartog (2013), Bittencourt (2012) e outros, vemos perspectivas que se complementam como a necessidade de periodização, o tempo fluido, a categoria tempo como elemento importante para o ensino de História. Porém, a maior parte deles convergem para um tempo histórico, ou seja, próprio da História, diferente daquele externo a ela como o do relógio, do calendário, dos astros celestes, das letras.

4. Considerações Finais

As discussões aqui trazidas configuram-se como um dos caminhos de análise possível. A partir delas, muitas outras abordagens podem ser adotadas para se refletir como os conceitos históricos, sobretudo o tempo e seus desdobramentos, estão inseridos no contexto escolar, os usos que deles são feitos por docentes, discentes e sociedade em geral e as formas com que são acessados e incorporados.

Nesta relação, percebemos que os profissionais da História ocupam papel fundamental no trabalho com essa temática, inclusive em ambiente escolar, caso contrário deixar-se-á que outros tomem para si essa função. Se grande parte dos autores, dos signatários da *História Magistra* aos pluralistas como Braudel utilizam da categoria tempo para se situarem no espaço e perceber como a História é concebida e se desenvolve, por que a sala de aula deveria ficar alheia a isso? Esse desafio se lança aos professores do século XXI e passa a requerer cada vez mais uma aproximação com o conhecimento que vem sendo produzido no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de história. In: BITTENCOURT, Circe. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia*.

Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação

Fundamental, 1997. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>> Acesso em 03/09/2019.





GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HATOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006. p. 41-60.

LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?* Tradução Nícia Adan Bonatti. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2015.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana*. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, Nilton Mullet; MEINERZ, Carla Beatriz ; PACIEVITCH, Caroline. *Viver e pensar a docência em história diante das demandas sociais e identitárias do século XXI*. História & Ensino (UEL), v. 21, p. 31-53, 2015.

PROST, Antoine. Os tempos da história. In: PROST, Antoine. *Doze lições sobre história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, pp. 95-114.

Recebido em: 30 de setembro de 2019

Aceito em: 20 de outubro de 2019

